



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2199 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 11 - Política da Educação Superior

AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO ? PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Isabel Leite - UFF - Universidade Federal Fluminense

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma política de acesso que vem sendo utilizada pelas instituições de ensino superior privadas para captação de alunos, para além das políticas de iniciativa pública. Uma análise mais atenta nos faz perceber que um site de convênio, que convencionamos chamar de *groupons* educacionais, o Educa Mais Brasil estaria sendo responsável pela captação de alunos para essas instituições. O esforço é tentar entender os interesses por trás desse mecanismo de acesso, quem são os responsáveis, qual público pretende atender e o impacto que ele vem causando. É importante salientar que essa política de acesso ainda é pouco estudada o que provoca um vazio teórico para análises mais aprofundadas e que a pesquisa ainda está buscando compreender algumas hipóteses.

Palavras-chaves: ensino superior; políticas de acesso; público-privado.

AS ESTRATÉGIAS DE ACESSO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO – PARA ALÉM DAS POLÍTICAS PÚBLICAS^[1]

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar uma política de acesso que vem sendo utilizada pelas instituições de ensino superior privadas para captação de alunos, para além das políticas de iniciativa pública. Uma análise mais atenta nos faz perceber que um site de convênio, que convencionamos chamar de *groupons* educacionais, o Educa Mais Brasil estaria sendo responsável pela captação de alunos para essas instituições. O esforço é tentar entender os interesses por trás desse mecanismo de acesso, quem são os responsáveis, qual público pretende atender e o impacto que ele vem causando. É importante salientar que essa política de acesso ainda é pouco estudada o que provoca um vazio teórico para análises mais aprofundadas e que a pesquisa ainda está buscando compreender algumas hipóteses.

Palavras-chaves: ensino superior; políticas de acesso; público-privado.

Introdução

O desenvolvimento deste trabalho tinha como objeto de estudo as políticas públicas utilizadas pelas instituições privadas, mas com minha inserção a campo de pesquisa durante o mestrado, surge a percepção que algumas instituições não estavam mais utilizando políticas públicas como: PROUNI^[1] e FIES^[2] para conquistar novos alunos/clientes. A pergunta que ficou foi: porque as instituições privadas rompem com essas políticas, já que elas possuem como contraponto isenção fiscal? Isso nos coloca outras particularidades que estão para além do que estaríamos pesquisando e relativizando. A afirmação de que não há grande perda de demanda com a saída desses incentivos governamentais abre espaço para pensarmos em quais são então as necessidades dessas instituições.

E porque o interesse em nos debruçarmos sobre o estudo das instituições privadas? Apesar de ser defensora de uma educação pública de qualidade em todos os níveis, acreditamos que enquanto não alcançamos uma educação superior totalmente pública precisamos compreender como se configura, modifica e ressignifica o ensino superior e as instituições que compõem esse sistema. Não podemos nos trancar nas instituições públicas e nos furtar de estudar todos os componentes do sistema.

Se as instituições de ensino privado é que estão absorvendo o crescimento no número de matrícula no ensino superior,

devemos nos debruçar um pouco para entender esse fenômeno. Se essas instituições que são 87,7% das instituições existentes em 2016, e se congregam 75,3% das matrículas nesse nível de ensino, então, são importantes setores que precisam ser mais estudados para entendermos situação mais próxima de como se organiza o sistema de educação superior brasileiro. É preciso pensar o que significa estudar em instituições privadas, se são instituições de ensino privado destinadas somente a ensino, ou se possuem projetos de pesquisa e extensão.

Mesmo com múltiplas políticas governamentais (seja nas instituições de ensino públicas ou privadas) uma parte dos estudantes que desejavam estar no ensino superior não conseguiram acessar esse ensino por nenhuma dessas alternativas. As políticas, e podemos pensar por diversos critérios, ainda não chegavam até esse estudante. Seja por critério de renda e escolaridade pública (ProUni), por critério de ações afirmativas e ele não conseguisse concorrer a vaga, ou ainda que mesmo alcançando os critérios citados anteriormente, este estudante esbarra na barreira meritocrática (nota do ENEM), esses estudantes seriam os 'órfãos do sistema', os ainda assim excluídos das oportunidades? E aí devemos pensar em estudantes de camada mais pobre que só consegue ascender ao ensino superior por conta desse mecanismo.

A descoberta sobre uma estratégia de acesso a instituições de ensino privadas, surgiu ao ver um anúncio sobre esse "site de convênio" (em especial, o Educa Mais Brasi[2]) em uma rede social. Por que as instituições estão incluindo políticas de acesso que envolvem parcerias privadas, seja por bolsas da própria instituição ou por meio de sites de convenio, que não oferecem a instituição nenhuma contrapartida financeira (de forma direta)?

Justificativa

Várias dúvidas surgiram nesse momento: o que seria esse programa? Qual seria seu funcionamento? Há ligação com o governo através de isenções; e quem estaria por trás desses sites (grandes grupos corporativistas, universidades e institutos)? Depois de apresentado as dúvidas e descobertas: Qual o verdadeiro impacto nas instituições que se convenciaram a esses sites?

Durante a pesquisa conseguimos perceber alguns indícios que nos ajudam a refletir sobre a escolha dessa política de acesso, esses sites de convênio não selecionam seus estudantes com critérios sociais, podendo qualquer estudante que deseja se tornar um 'associado' o que dificulta um pouco a percepção das ideias por trás desse sistema.

Isso nos mostra que as instituições de ensino privadas constroem diferentes formas de captar e manter os estudantes, baseado na relação clientelista entre os estudantes e a instituição, como mostra a análise de Catani e Oliveira (2007) que acreditam que o funcionamento das instituições de ensino privado com fins lucrativos modifica a identidade e joga as instituições de ensino privado dentro da lógica mercantilista. Ao se inscrever o estudante precisa pagar uma taxa com o valor equivalente a mensalidade integral para conseguir fazer o cadastro, e esta taxa precisa ser renovada a todo semestre para que a bolsa seja renovada. Não há comprovação de renda e nem muitas burocracias, o estudante de inscreve para participar do convênio, ganha uma carta de apresentação e presta o vestibular que a própria instituição determinar. A única exigência é que o estudante mantenha a mensalidade em dia.

Metodologia

A metodologia utilizada para o trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e documental sobre políticas e "sites de convênio", aqui podemos perceber que há uma necessidade de investigar as políticas dos sites de concessão de bolsas já que não há produção científica sobre essa forma de acesso que vem crescendo e tomando o espaço de políticas públicas dentro das instituições privadas. Ainda houve por parte da pesquisadora uma inserção e conversa com estudantes que entraram por essa iniciativa e com uma gestora da instituição pesquisada. A pesquisa ainda carece de continuidade e inserções em campo para ouvir mais gestores das instituições e seus estudantes.

Considerações Finais

Esse trabalho é desdobramento de uma dissertação, são os achados que nela encontramos e da qual precisamos nos debruçar em próximos estudos para que consigamos desvelar esse mecanismo de acesso ao ensino superior que ainda é pouco pensado.

Algumas hipóteses, não muito aprofundadas e que não nos deixam esperançosos é de que essas instituições estariam abrindo mão do perfil do estudante do PROUNI, com renda mais baixa e proveniente de escola pública para, sem perder a 'clientela', focar em estudantes com maior renda que não tenha conseguido ingressar em instituições públicas. A ideia é continuar desvendando este campo de pesquisa em busca de maior entendimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13/07/2001.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14/01/2005.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J.F. A educação superior. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**. 2ª ed. São Paulo: Xamã, 2007, p 73-84.

EDUCA MAIS BRASIL. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/default>. Acesso em: 10/02/18.

INEP. Censo de Educação Superior. **Evolução do Ensino Superior - Graduação 1980-1998**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/download/censo/1998/superior/evolucao_1980-1998.pdf. Acesso em: 05/05/2017.

INEP. **Censo de Educação Superior**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 23/04/2018.

INSTITUTO EDUCAR. Disponível em: <http://www.institutoeducar.com.br/>. Acesso em: 10/02/18.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n.3, p.723-747, Nov 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11/11/2017.

SILVA, Angela Carrancho C. Entrevista. In: Elliot, Ligia Gomes. (Org.). **Instrumentos de Avaliação e Pesquisa**. 1ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012, v. 1, p. 149-192.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, Ago 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11/11/2017.

[1] Trabalho organizado como síntese da pesquisa do mestrado concluída em fevereiro de 2017, sendo que a pesquisa desdobrou para alguns pontos que ainda precisam ser continuados em trabalhos futuros.

[2] Educa Mais Brasil foi fundado em 2003 e é um parceiro do Instituto Educar – Instituto Educa Brasil Programas Educacionais Ltda., que tem como objetivo democratizar o Ensino Superior seja por programa de concessão de bolsas ou crédito educativo. (<http://www.institutoeducar.com.br/>)

[1] ProUni - Programa Universidade para Todos. Projeto criado pelo Governo Federal em 2004 e

institucionalizado pela Lei no 11.096 com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos às instituições de ensino que aderirem ao Programa.

[2] FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, criado pela Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001.